



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Licenciatura

1. Nome da Unidade curricular:

Direito do Trabalho I

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral ☒ Anual ☐

Horas de Trabalho: _____

Créditos ECTS: _____

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Pedro Madeira de Brito

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

Isabel Vieira Borges

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

Compreender os fundamentos dogmáticos do Direito do Trabalho, o sistema de fontes laborais, os sujeitos laborais, a contratação coletiva, os conflitos coletivos de trabalho e os mecanismos de prevenção e resolução de conflitos

6. Conteúdos programáticos:

Dogmática Básica e Situações Laborais Coletivas

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO E NOÇÕES BÁSICAS

§ 1. O Trabalho

§ 2. O Direito do Trabalho

CAPÍTULO II - EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO

§ 3 Evolução histórica e desafios atuais

CAPÍTULO III - AS FONTES LABORAIS E O SISTEMA DE FONTES

Secção I – Fontes Laborais

§ 4. A Constituição

§ 5. Direito Internacional do Trabalho e Direito Europeu

§ 6. Leis Ordinárias, em especial o Código do Trabalho

§ 7. Fontes laborais coletivas e similares

§ 8. O costume e os usos

§ 9. Jurisprudência e Doutrina

Secção II – Conflitos de normas laborais

§ 10. Os conflitos de leis no tempo

1. As regras gerais de direito transitório

2. As regras especiais de Direito do Trabalho

§ 11. Os conflitos de leis no espaço

§ 12. Os conflitos hierárquicos

§ 13. O princípio do tratamento mais favorável como metanorma

1. Sistema de fontes e o princípio do tratamento mais favorável

2. O juízo de favorabilidade

4. As soluções de tipo estatutário: a interpretação e a aplicação

5. A solução tipo norma de conflitos

6. A qualificação do artigo 3.º do Código do Trabalho

CAPÍTULO IV - A SITUAÇÃO JURÍDICA LABORAL



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Secção I – Perspetivas dogmáticas da situação jurídica laboral

- § 14. A autonomia dogmática do Direito do Trabalho
- § 15. Os princípios de Direito do Trabalho

Secção II – As pessoas laborais

- § 16. As pessoas laborais
 - 1. A personalidade em geral e a personalidade laboral
 - 2. A tutela da privacidade e dos dados pessoais do trabalhador e do candidato a emprego
- § 17. O trabalhador
 - 1. Noção
 - 2. Modalidades
 - 3. Pessoas em situação equiparada
 - 4. O alargamento do conceito de “trabalhador”
 - 5. Tipos de trabalhadores protegidos
- § 18. O empregador
- § 19. Associações sindicais
 - 1. Os sindicatos
 - 2. Noção e natureza
 - 3. Constituição; assembleia constituinte e registo
 - 4. Estatutos, regulamentos e regime
 - 5. Uniões, federações e confederações
 - 6. Atribuições, competência e funcionamento
 - 7. Atribuições e competência
 - 8. Organização e funcionamento
 - 9. A quotização sindical
 - 10. Ação sindical na empresa; reunião, a fixação, informação e instalações
 - 11. Delegados sindicais e comissões sindicais e intersindicais
 - 12. Vicissitudes
- § 20. Associações de empregadores
 - 1. Noção, regime e vicissitudes
 - 2. Noção e natureza
 - 3. Regime e vicissitudes; federações, uniões e confederações
 - 4. Atribuições, competência e funcionamento
 - 5. Atribuições e competência
 - 6. Funcionamento
- § 21. Comissões de trabalhadores
 - 1. Origem
 - 2. Quadro geral, organização e natureza
 - 3. Atribuições e competência
 - 4. Do controlo de gestão à autogestão
 - 5. O controlo de gestão; a cogestão
 - 6. A autogestão

Capítulo V - INSTRUMENTOS COLETIVOS DE REGULAÇÃO

Secção I – A convenção coletiva de trabalho

- §22 Convenção coletiva de trabalho
 - 1. Conceito e evolução nacional
 - 2. Nota de Direito comparado
- §23 Formação e conclusão das convenções coletivas
 - 1. Negociações coletivas
 - 2. Celebração, depósito e publicação
- § 24. Conteúdo da convenção coletiva



1. Generalidades; conteúdos obrigacional e regulativo
 2. Delimitação negativa e conteúdo habitual
 3. No plano obrigacional
 4. No plano regulativo
 6. Conteúdos típicos
 7. Exemplo do ACT bancário
- § 25. Âmbito da convenção coletiva
1. Âmbito pessoal
 2. Âmbito temporal
 3. Concursos de convenções

Secção II – Interpretação, integração e aplicação

- § 26. A interpretação
1. Generalidades
 2. A fase dualista
 3. Solução integrada
- § 27. A integração; a comissão paritária
1. A integração
 2. A comissão paritária
- § 28. A aplicação e os contratos de trabalho
1. A aplicação; normas convénio-dispositivas
 2. Contratos individuais de trabalho
- § 29. A alteração de circunstâncias
1. O regime civil
 2. O Direito atual
- § 30. Natureza jurídica das convenções
1. A discussão e o sentido atual
 2. Panorama geral; teorias negociais
 3. Teorias sociais e público-jurídicas
 4. Teses mistas
 5. Uma fonte privada?

Secção III – Outros instrumentos negociais coletivos

- § 31. Acordo de adesão
1. Conceito e regime
 2. Efeitos
 3. Natureza
- § 32. Decisão arbitral (voluntária)
1. A arbitragem laboral coletiva
 2. Processo
 3. Eficácia

- § 33. Negócios coletivos atípicos

Secção IV – Instrumentos administrativos de regulação

- § 34. Portaria de extensão
1. Intervenção administrativa
 2. Oportunidade política
 3. Requisitos
 4. Sentido e natureza
- § 35. Portaria de condições de trabalho
1. Conceito e processamento
 2. Natureza e limites
- § 36. Arbitragens obrigatória e necessária
1. Noções básicas
 2. Quadro geral



3. A arbitragem obrigatória

4. A arbitragem necessária

Capítulo VI - CONFLITOS LABORAIS COLETIVOS

Secção I – Greves e outros conflitos coletivos

§ 37. Conflitos coletivos

1. Referência histórica
2. Condicionanismos político-sociais
3. Conflito com o Direito
4. Formulações jurídicas
5. Noção de conflito coletivo

§ 38. Conceito e modalidades de conflitos

1. A greve; elementos e delimitação
2. Evolução histórica
3. Modalidades
4. Outras formas de luta; o boicote

§ 39. Processamento da greve

1. Legitimidade e pré-aviso
2. A adesão à greve
3. Deveres acessórios; serviços mínimos
4. Direitos fundamentais e piquetes de greve

§ 40. Os efeitos da greve

1. Generalidades; efeitos diretos
2. Efeitos indiretos
3. Efeitos remotos

§ 40. Limites e sanções

1. Generalidades; limites específicos
2. Limites convencionais
3. Limites genéricos
4. Princípios delimitadores
5. Sanções

§ 41. Natureza jurídica da greve

1. Teorias
2. Posição adotada

Secção II - Lock-out

§ 42. Conceito e modalidades

1. Conceito, evolução e modalidades
2. Outras formas de luta empresariais
3. Proibição de lock-out
4. Âmbito e sanções

CAPÍTULO VII – Meios de composição do conflito laboral coletivo

§ 43. Soluções autónomas

1. A negociação e a sua promoção jurídica
2. A concertação social
3. A institucionalização

§ 44. A conciliação e a mediação

1. Noções gerais
2. A conciliação
3. A mediação

§ 45. A intervenção do Estado

1. A intervenção administrativa; a requisição civil
2. A intervenção judicial



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

Os conteúdos percorrem progressivamente os conceitos estruturantes do Direito do Trabalho, permitindo ao estudante adquirir conhecimentos teóricos e capacidade crítica sobre as relações laborais individuais e coletivas.

8. Metodologias de ensino:

Aulas expositivas e dialogadas, análise de legislação, jurisprudência e doutrina, discussão de casos práticos e acompanhamento bibliográfico.

9. Avaliação:

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

(máximo 3000 caracteres)

11. Bibliografia principal:

António Menezes Cordeiro, *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, 2018;
António Monteiro Fernandes, *Direito do Trabalho*, 22.ª ed., Coimbra, 2023;
Guilherme Dray - *Lições de Direito do Trabalho*, 2ª ed, Coimbra, 2025.
João Leal Amado e outros, *Direito do Trabalho – Relação Individual*, 2.ª ed., Coimbra, 2023;
Luís Menezes Leitão, *Direito do Trabalho*, 8.ª ed., 2023;
Maria do Rosário Palma Ramalho, *Tratado de Direito do Trabalho*, Parte I, 5.ª ed., 2020; Parte III, 4.ª ed., 2023;
Pedro Madeira de Brito, *O Contrato de Trabalho da Administração Pública e o Sistema de Fontes*, Lisboa, 2019;
Pedro Madeira de Brito- *A função do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador no Direito do Trabalho*, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2020, 1-4, 133–166.
Pedro Madeira de Brito - *Revisitando o conceito de subordinação jurídica à luz do trabalho em plataforma digitais e da presunção de laboralidade do artigo 12.º-A*, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2025, 1, 289–335.
Pedro Romano Martinez, *Direito do Trabalho*, 11.ª ed., 2023;
Pedro Romano Martinez e outros, *Código do Trabalho Anotado*, 14.ª ed., 2025.

12. Observações:

(máximo 1000 caracteres)

Curricular Unit Sheet

Course Bachelor's Degree in Law

1. Curricular Unit Name:

Labour Law I – Evening Course

2. Complementary Information:

Duration: Semester ☐

Work hours: _____

Credits ECTS: _____

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

Pedro Madeira de Brito – Coordinator and Lecturer of the curricular unit.

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

Professor Isabel Vieira Borges;

5. Learning outcomes of the curricular unit:

To provide students with advanced knowledge of the foundations of Labour Law, its historical development, sources of labour law, labour subjects, collective autonomy, collective regulatory instruments, collective labour conflicts and mechanisms for their prevention and resolution. Students are expected to develop the ability to interpret legislation, case law and legal scholarship and to apply labour law rules to practical situations.

6. Syllabus

Basic Principles and Collective Labour Relations

CHAPTER I – INTRODUCTION AND BASIC CONCEPTS

§ 1. Labour

§ 2. Labour Law

CHAPTER II – HISTORICAL DEVELOPMENT OF LABOUR LAW

§ 3 Historical development and current challenges

CHAPTER III – SOURCES OF LABOUR LAW AND THE SYSTEM OF SOURCES

Section I – Sources of Labour Law

§ 4. The Constitution

§ 5. International Labour Law and European Law

§ 6. Ordinary Laws, in particular the Labour Code

§ 7. Collective labour sources and similar

§ 8. Custom and practice

§ 9. Case law and legal doctrine

Section II – Conflicts of labour law provisions

§ 10. Conflicts of laws over time

1. General rules of transitional law

2. Special rules of labour law

§ 11. Conflicts of laws across different jurisdictions

§ 12. Hierarchical conflicts

§ 13. The principle of more favourable treatment as a metanorm

1. The system of sources and the principle of more favourable treatment

2. The assessment of favourability

4. Statutory solutions: interpretation and application

5. The conflict-of-laws rule solution

6. The classification of Article 3 of the Labour Code as a metanorm

CHAPTER IV – THE LEGAL STATUS OF EMPLOYMENT



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Section I – Dogmatic perspectives on the legal status of employment

§ 14. The dogmatic autonomy of labour law

§ 15. The principles of labour law

Section II – Persons in an employment relationship

§ 16. Persons in an employment relationship

1. Legal personality in general and labour legal personality

2. The protection of the privacy and personal data of employees and job applicants

§ 17. The employee

1. Definition

2. Categories

3. Persons in equivalent situations

4. The extension of the concept of ‘employee’

5. Types of protected employees

§ 18. The employer

§ 19. Trade unions

1. Trade unions

2. Concept and nature

3. Formation; constituent assembly and registration

4. Statutes, regulations and governing framework

5. Unions, federations and confederations

6. Functions, powers and operation

7. Functions and powers

8. Organisation and operation

9. Trade union dues

10. Trade union activity within the company; meetings, venue, information and facilities

11. Trade union representatives and trade union and inter-union committees

12. Developments

§ 20. Employers’ associations

1. Concept, legal framework and developments

2. Concept and nature

3. Legal framework and developments; federations, unions and confederations

4. Functions, powers and operation

5. Functions and powers

6. Operation

§ 21. Workers’ committees

1. Origin

2. General framework, organisation and nature

3. Functions and powers

4. From management control to self-management

5. Management control; co-management

6. Self-management

Chapter V – COLLECTIVE REGULATORY INSTRUMENTS

Section I – The collective labour agreement

§22 Collective labour agreement

1. Concept and national development

2. Note on comparative law

§23 Formation and conclusion of collective agreements

1. Collective bargaining

2. Conclusion, filing and publication

§ 24. Content of the collective labour agreement

1. General considerations; obligatory and regulatory content

2. Negative delimitation and customary content

3. Obligatory provisions

4. Regulatory provisions

6. Typical provisions

7. Example of the banking ACT

§ 25. Scope of the collective agreement



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Personal scope
2. Temporal scope
3. Conflict of agreements

Section II – Interpretation, integration and application

§ 26. Interpretation

1. General principles
2. The dualistic approach
3. Integrated solution

§ 27. Integration; the joint committee

1. Integration
2. The joint committee

§ 27. Application and employment contracts

1. Application; provisions of the collective agreement
2. Individual employment contracts

§ 28. Change of circumstances

1. The civil law regime
2. Current law

§ 29. Legal nature of collective agreements

1. The debate and current understanding
2. Overview; contractual theories
3. Social and public-law theories
4. Mixed theories
5. A private source?

Section III – Other collective bargaining instruments

§ 30. Adhesion agreement

1. Concept and regime
2. Effects
3. Nature

§ 31. (Voluntary) Arbitral award

1. Collective labour arbitration
2. Procedure
3. Effectiveness

§ 32. Atypical collective agreements

Section IV – Administrative regulatory instruments

§ 33. Extension order

1. Administrative intervention
2. Political expediency
3. Requirements
4. Meaning and nature

§ 34. Order on working conditions

1. Concept and procedure
2. Nature and limits

§ 35. Compulsory and mandatory arbitration

1. Basic concepts
2. General framework
3. Compulsory arbitration
4. Mandatory arbitration

Chapter VI – COLLECTIVE LABOUR DISPUTES

Section I – Strikes and other collective disputes

§ 36. Collective disputes

1. Historical background
2. Political and social constraints
3. Conflict with the law
4. Legal formulations
5. The concept of collective dispute

§ 37. Concept and forms of dispute

1. The strike; elements and scope



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2. Historical development
3. Forms
4. Other forms of industrial action; the boycott

§ 38. Conduct of the strike

1. Legitimacy and advance notice
2. Participation in the strike
3. Incidental duties; minimum services
4. Fundamental rights and strike pickets

§ 39. The effects of a strike

1. General principles; direct effects
2. Indirect effects
3. Remote effects

§ 40. Limits and sanctions

1. General principles; specific limits
2. Contractual limits
3. General limits
4. Delimiting principles
5. Sanctions

§ 41. Legal nature of a strike

1. Theories
2. Position adopted

Section II – Lock-out

§ 42. Concept and forms

1. Concept, development and forms
2. Other forms of industrial action by employers
3. Prohibition of lock-outs
4. Scope and sanctions

CHAPTER VII – Means of resolving collective labour disputes

§ 43. Autonomous solutions

1. Negotiation and its legal promotion
2. Social dialogue
3. Institutionalisation

§ 44. Conciliation and mediation

1. General concepts
2. Conciliation
3. Mediation

§ 45. State intervention

1. Administrative intervention; civil requisition
2. Judicial intervention

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The syllabus follows a coherent progression from introductory concepts to the most complex forms of collective regulation of labour relations. The study of labour law sources, labour subjects and collective autonomy provides the necessary foundations for understanding collective conflicts and their prevention and resolution, thereby ensuring the achievement of the curricular unit's learning objectives.

8. Teaching methodologies (including evaluation):

Lectures and practical classes combining theoretical exposition, analysis of legislation, case law and legal doctrine, discussion of practical cases and guided bibliographical study.

9. Evaluation:

Assessment according to the rules in force at the Faculty of Law of the University of Lisbon, including a final written examination and any additional assessment components defined by the lecturer.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

10: Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The combination of theoretical instruction, critical analysis of legal sources, case law discussion and problem-solving exercises enables students to acquire solid doctrinal knowledge and develop the skills required for the interpretation and practical application of Labour Law. Continuous engagement with practical legal issues promotes analytical reasoning and autonomous legal research.

11: Main Bibliography:

António Menezes Cordeiro, *Direito do Trabalho*, I, Coimbra, 2018;
António Monteiro Fernandes, *Direito do Trabalho*, 22.ª ed., Coimbra, 2023;
Guilherme Dray - *Lições de Direito do Trabalho*, 2ª ed, Coimbra, 2025;
Guilherme Dray - *An Introduction to Portuguese Employment & Labour Law*, 1.ª ed, Coimbra, 2019.
João Leal Amado e outros, *Direito do Trabalho – Relação Individual*, 2.ª ed., Coimbra, 2023;
Luís Menezes Leitão, *Direito do Trabalho*, 8.ª ed., 2023;
Maria do Rosário Palma Ramalho, *Tratado de Direito do Trabalho*, Parte I, 5.ª ed., 2020; Parte III, 4.ª ed., 2023;
Pedro Madeira de Brito, *O Contrato de Trabalho da Administração Pública e o Sistema de Fontes*, Lisboa, 2019;
Pedro Madeira de Brito- *A função do princípio do tratamento mais favorável para o trabalhador no Direito do Trabalho*, *Revista de Direito e de Estudos Sociais*, 2020, 1-4, 133–166.
Pedro Madeira de Brito - *Revisitando o conceito de subordinação jurídica à luz do trabalho em plataforma digitais e da presunção de laboralidade do artigo 12.º-A*, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, 2025, 1, 289–335.
Pedro Romano Martinez, *Direito do Trabalho*, 11.ª ed., 2023;
Pedro Romano Martinez e outros, *Código do Trabalho Anotado*, 14.ª ed., 2025.

12: Remarks: